



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2010

Ano 35 – Nº 199

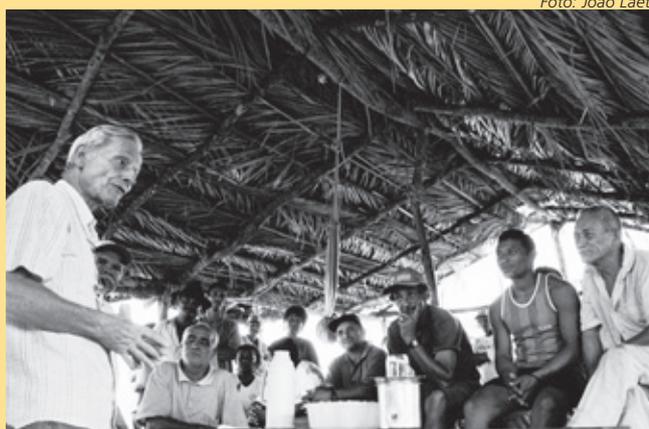
III Congresso Nacional: rumos da CPT em discussão

Páginas 8 e 9

Foto: Marina Moreira



Foto: João Laet



*Libertar para uma
vida melhor: a luta
dos agentes da CPT*

Página 7

*A memória e a
resistência presentes
nos mártires da luta*

Página 11

EDITORIAL

Em tempos de crises e abalos

Estamos nos aproximando do III Congresso da CPT, no próximo mês de maio, de 17 a 21, e Montes Claros já está de braços abertos para acolher este momento tão significativo para a CPT. O III Congresso se realiza num contexto global em que o mundo vive grandes crises e passa por grandes mudanças. Como diz um dos textos de preparação: "Viver em determinadas épocas é um privilégio... Nossa época parece ser diferente de todas as anteriores. Antigas ideias desmoronaram e novas referências estão sendo construídas. Ficou mais difícil e mais contraditório imaginar o futuro da Terra e dos povos que a habitam. Os paradoxos se avolumam: não é mais possível condenar ou acatar em bloco... A crise civilizatória está derrubando velhas referências e vai construindo novas".

Os debates do Congresso vão se realizar em tendas que lembram os biomas brasileiros. Os participantes irão levar suas experiências que apresentam o clamor da natureza e dos camponeses, a resistência das comunidades em defesa da vida e a ação da CPT. O Congresso vai ser um grande momento de reabastecimento de energias, de fortalecimento da mística que move a CPT.

O Congresso vai se realizar numa região onde o Cerrado e a Caatinga se encontram, por isso apresentamos a importância do Cerrado, a vegetação mais antiga do planeta, para o equilíbrio do planeta. E neste clima a experiência de beneficiamento de frutas no semiárido baiano aponta para algumas saídas para a melhora da qualidade de vida das comunidades.

Na contramão de uma vivência harmoniosa com a natureza, surgem os grandes projetos faraônicos do governo federal com recursos do PAC. Um deles é a polêmica obra da Usina de Belo Monte, que pode afogar comunidades, povos e culturas tradicionais. Como diz Dom Erwin Kräutler, bispo de Altamira e presidente do CIMI, "as condicionantes que a Licença Prévia elenca para serem observadas pela empresa que sairá vitoriosa no leilão, não mais são que uma confissão pública do governo de que o projeto, se for executado, terá consequências desastrosas."

O mundo todo, no início de 2009, foi sacudido pelo violento terremoto que destruiu boa parte do Haiti. A catástrofe provocou também uma onda de solidariedade. Solidariedade que já era praticada por uma Brigada da Via Campesina e que está sendo ampliada e reforçada. Em entrevista, Paulo Almeida, desta Brigada, conversa com nossos leitores.

A partir desta edição, o Pastoral da Terra vai ter duas novas páginas, uma dedicada a Reflexões Bíblicas, para ajudar nossas comunidades a confrontarem os conflitos que vivem com situações similares dos tempos bíblicos, e uma página dedicada a manter viva a memória dos mártires.

Esta edição ainda registra as Homenagens recebidas por agentes da CPT, ao findar 2009, e os desafios e as perspectivas para uma nova comunicação no Brasil, a partir da I Conferência Nacional de Comunicação.

A última página traz a bela oração feita por Dom Pedro Casaldáliga para o III Congresso da CPT.

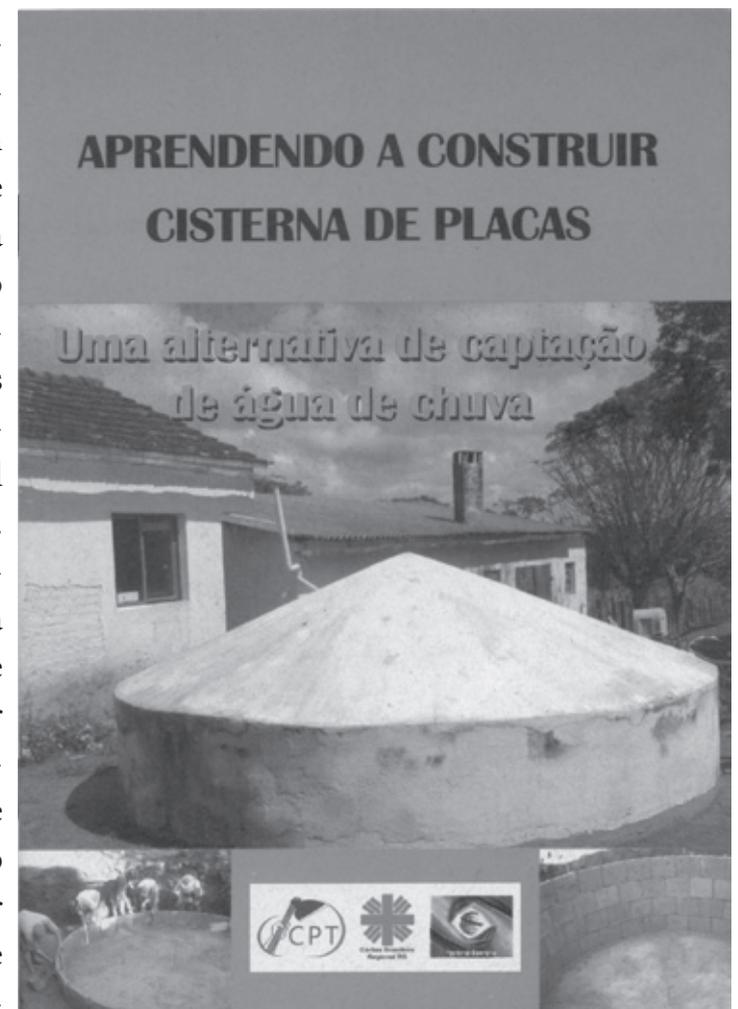
Boa leitura.



Aprendendo a construir cisterna de placas: Uma alternativa de captação de água de chuva

A partir de uma primeira experiência com construção de cisterna de placas em 2006, no Rio Grande do Sul, surge a proposta de elaboração conjunta de uma cartilha da CPT, Cáritas Brasileira Regional RS e Pastoral Operária. O objetivo da publicação é ser um instrumento de orientação para a construção de uma cisterna de placas com capacidade para 16 mil litros de água. Na contramão da lógica do capital que visa privatizar e mercantilizar a água, esse pequeno livro visa contribuir na discussão e busca de alter-

nativas de desenvolvimento sustentável, não somente no sentido de repassar a técnica, mas de envolver as pessoas no processo sócio-político, educativo e cultural, construindo autonomia em face à problemática da água.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Hugo Paiva - estagiário
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane PASSOS (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação / Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.
(62) 3253-1307
www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO

EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo**Fundação Eugen Luther****MZF**

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Incrá instala assentamento na Bordolândia (MT)

O Incra no Mato Grosso (Incrá/MT) iniciou no dia 1º de fevereiro o assentamento de centenas de famílias na fazenda Bordolândia, nos municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada, nordeste do estado. O imóvel, de mais de 50 mil hectares, está localizado no bioma amazônico e foi desapropriado por improdutividade. No local, será criado um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com capacidade para assentamento de aproximadamente 560 famílias de trabalhadores

rurais. Essa é quinta vez que o Incra é imitado na posse da fazenda. A primeira foi em setembro de 2005, a segunda em junho de 2007 e a terceira em setembro do mesmo ano. Em 2009, o Judiciário concedeu ao proprietário a prorrogação do prazo para retirada dos bens móveis da fazenda. O prazo expirou em 21 de janeiro de 2010. Ainda em 2009, no dia 17 de junho, dois trabalhadores sem terra foram assassinados durante manifestação que reivindicava o assentamento na área.

Biocombustível contribui com o desmatamento

Foto: Fian Bélgica



Em reportagem publicada pela Folha de São Paulo, o ecólogo paulista David Lapola, da Universidade de Kassel (Alemanha) alerta que o aumento da produção de biocombustíveis cria uma tendência de mudanças no uso da terra, em que plantações de cana-de-açúcar e soja tomam o lugar das pastagens. Segundo ele, se o Brasil cumprir sua meta para 2020 de aumentar em 35 bilhões de litros a produção de álcool e em 4 bilhões de litros a de biodiesel de soja, essas duas culturas empurrariam as pastagens para cerca de 60 mil km² de floresta, desmatando uma área maior do que a Paraíba.

MPF apura demarcação de terras quilombolas

O Grupo de Trabalho de Quilombos e Populações Tradicionais da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) do Ministério Público Federal instaurou inquérito civil público para apurar a situação das políticas públicas destinadas à garantia do direito à terra das comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com a 6ª CCR, não há número de servidores do Incra suficientes para atender a elaboração dos 710 relatórios técnicos de identificação e delimitação, estabelecido na

Agenda Social do Plano Plurianual 2007/2011. Desde 1988, ano em que a constituição passa a prever o direito à propriedade das terras ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombo, só foram expedidos 105 títulos de propriedade em um universo de 3 mil comunidades. Para o GT, esse fato denota grave violação a direitos fundamentais positivados na Constituição Federal e em tratados internacionais de que o Brasil é parte.

Foto: Marina Moreira



Afetados pela Vale realizam encontro mundial no RJ

Representantes sociais e sindicais do Canadá, Chile, Argentina, Guatemala, Peru e Moçambique realizam de 12 a 15 de abril, no Rio de Janeiro, o I Encontro de Populações, Comunidades, Trabalhadores e Trabalhadoras afetados pela política agressiva e predatória da companhia

Vale. Entre os pontos de pauta estão a saúde, a violação de direitos, demissões arbitrárias e danos ao meio ambiente, já que a mineração promovida pela Vale é uma atividade que fomenta impactos ambientais e sociais nas comunidades onde os projetos são instalados.

Zilda Arns deixa legado de luta e esperança

A doutora Zilda Arns, vítima do trágico terremoto que devastou a capital do Haiti em janeiro último foi uma batalhadora pela vida. Milhares e milhares de crianças sobreviveram e tiveram um desenvolvimento saudável graças às intervenções da Pastoral da Criança. As centenas de milhares de agentes voluntárias da Pastoral encontraram em dona Zilda um estímulo permanente nesta luta di-

ária na defesa e na construção da vida. Em rincões longínquos do Brasil, CPT e Pastoral da Criança andam de mãos dadas em ações complementares que buscam a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e a construção de sua dignidade. Em Nota, a CPT Nacional resumiu o legado da doutora Arns, "ela é uma das figuras humanas que dignifica a história recente do Brasil".

Pequenos Agricultores debatem soberania alimentar em Encontro Nacional

O III Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) cujo tema é "Plano Camponês: Por soberania alimentar e poder popular" reunirá de 12 a 16 de abril, em Vitória da Conquista, na Bahia, mais de 1000 camponeses e camponesas de todo o país, a fim de discutir e aprofundar o plano camponês para o Brasil. O tema a ser debatido traz à tona a

necessidade urgente de se pensar uma nova proposta de produção para o campo brasileiro, que priorize a agroecologia e não o agronegócio. É fundamental garantir um plano que priorize a agricultura camponesa como proposta política não apenas para o campo, mas também para a cidade, já que 70% da comida que chega à mesa dos brasileiros vem do pequeno agricultor.

Lula recebe MAB para discutir reivindicações

Em 04 de fevereiro desse ano, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) foi, pela primeira vez, recebido por um presidente da república, em audiência para discutir sua pauta de reivindicações. Segundo Marco Antônio Trierveiler, da coordenação nacional do MAB, o Movimento quer do presidente Lula avanços em políticas que garantam os direitos básicos dos atingidos, como reassentamentos,

indenizações e implantação de projetos de desenvolvimento regional que visem a solução dos problemas sociais e ambientais criados pela construção de hidrelétricas. Os representantes do MAB levaram também questionamentos sobre os projetos de barragens do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica do governo, principalmente os situados na Amazônia, em especial o de Belo Monte, no Pará.

ARTIGO

CONFECOM: desafios e perspectivas para uma nova comunicação no Brasil

CRISTIANE PASSOS E PAULO VICTOR MELO*

O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira afirma, dentre outras coisas, que é livre a manifestação do pensamento e assegurado a todos e todas o direito à informação.

Ainda é possível encontrar na Carta Magna um capítulo dedicado exclusivamente à Comunicação Social, que fala das atribuições e responsabilidades das emissoras de TV e rádio. No entanto, historicamente, a sociedade brasileira foi privada do debate sobre Comunicação e políticas para o setor, principalmente pela inserção que as mídias têm na população e pelo poder que as informações veiculadas exercem. Para se ter uma idéia, 90% dos lares brasileiros possui, pelo menos, um aparelho televisor.

No ano passado, esse cenário começou a ganhar outra moldura, com a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), que teve etapas preparatórias em todos os estados da Federação. A realização da I CONFECOM significa a possibilidade real da sociedade civil debater as pautas relativas à Comunicação Social – até então um tema tratado por poucos grupos da elite brasileira. Desde a convocação, em janeiro de 2009, até o dia 17 de dezembro – último dia de plenárias em Brasília – as organizações e entidades da sociedade civil enfrentaram diversas dificuldades, principalmente pelas seguidas tentativas de boicote dos empresários.

Primeiro, as associações das grandes emissoras de TV e jornais impressos (ABERT – Associação Brasileira de Rádio e TV e ANJ – Associação Nacional de Jornais) se retiraram do processo. Depois, numa clara tentativa de deslegitimar a Conferência, durante os dias da etapa nacional, diversos editoriais foram lançados ao público, através de redes de televisão e grandes jornais, afirmando que os presentes na CONFECOM ti-



Ilustração da Internet

nam o único objetivo de censurar os meios de comunicação.

Ainda assim, cerca de 1600 pessoas – entre representantes da sociedade civil, do setor empresarial e do poder público, além de profissionais do ramo – se fizeram presentes e debateram a concentração dos meios de comunicação que temos no país, as possibilidades e necessidade de democratização do setor e os novos rumos para ele.

Propostas e debates

A realização da Conferência, de fato, significou um grande avanço no que diz respeito à comunicação no Brasil, pois trouxe à tona a necessidade de se discutir o tema com a participação de todos e todas, entendendo-a como um direito humano. Um grande passo foi a quebra do tabu de

que grandes empresas são as únicas responsáveis pela comunicação, e que a participação da população nesse processo se limita à sua posição de espectadora, estática e sem participação.

Outro ganho significativo foi a aprovação da criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social, que acompanhará e pressionará pela implementação das propostas que foram discutidas no âmbito da Conferência e apontará para um novo marco regulatório para as comunicações. Da mesma forma, foi aprovada outra proposta bastante avançada no que diz respeito à implementação, por parte dos estados e do Governo Federal (Ministério das Comunicações), de uma política de apoio a programas e projetos de formação, produção, difusão e distribuição em comunicação e direitos humanos desenvolvidos por organizações não-governamentais e movimentos sociais de direitos humanos. Um enca-

minhamento importante da Conferência foi a revisão da Lei 9612/98, que regula o setor de radiodifusão comunitária no país. A Plenária Final aprovou que a nova lei deve contemplar o aumento da potência e da área de abrangência, a permissão de formação de redes de emissoras comunitárias e a criação de um fundo público de financiamento, além da descriminalização dos comunicadores comunitários.

Mas, nem tudo foram conquistas para a sociedade civil. Algumas das pautas históricas não obtiveram aprovação, devido à articulação do setor empresarial – que estava representado no mesmo número que a sociedade civil. A “não aprovação” de algumas propostas – que eventualmente poderiam se transformar em projetos de lei a serem enviados ao Congresso Nacional – revela a verdadeira correlação de forças que prevaleceu durante toda a CONFECOM.

É certo que ainda há uma longa caminhada pela real democratização dos meios de comunicação no nosso país. De qualquer modo, a realização do evento proporcionou, para a sociedade civil, um importante espaço para a interação de pautas, com a possibilidade de ações e de articulações. Agora, cabe às entidades sociais ampliar o debate para toda a população, denunciando os ataques e a criminalização que organizações e movimentos sociais, além dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, sofrem diariamente, e buscar a construção de um sistema popular de comunicação, em sintonia com as demais necessidades do povo brasileiro.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. Assessor de comunicação da CPT Juazeiro. Ambos participaram como delegados da I CONFECOM.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Uma memória de exploração

ALESSANDRO GALLAZZI*

A partir desta edição, o Pastoral da Terra publicará uma página com reflexões bíblicas, para aprofundar os conflitos vividos pelas nossas comunidades, em confronto com situações similares nos tempos da Bíblia. Sandro, da CPT Amapá, é que vai nos acompanhar nesta caminhada.

Hoje as comunidades vivem um crescente processo de espoliação. Sandro, neste primeiro texto, nos coloca em contato com a narrativa bíblica de José, que, diante da seca que trouxe fome ao Egito, promove um processo de espoliação dos trabalhadores a favor do Estado. Vale a pena acompanhar as reflexões de Sandro.

O texto de Gênesis 47,13-26 é um texto simbólico. A história simbólica ali narrada é todo um processo de empobrecimento do campo. É o resumo de um processo de exploração, fundamental para entender, depois, quem é nosso Deus. O armazém, que era o lugar de vida para os camponeses, converte-se no instrumento da opressão. José tem as chaves do armazém e o abre como e quando ele quer e ao preço que quer. O trigo que está no armazém é vendido e não dado por José. José não criou uma grande fraternidade na distribuição do trigo durante os sete anos das vacas magras. Os trabalhadores perderam tudo: o trigo, o gado, as terras e a liberdade. É importante ter em conta que isto produzirá a mudança da estrutura tribal, à estatal com o surgimento do Estado, não como o atual, mas para regular o comércio entre as diferentes cidades. A cidade é o instrumento de exploração global de tudo o que o trabalhador tem.

É interessante ver o desenvolvimento do processo de expropriação. No primeiro ano de carestia, os camponeses entregam o dinheiro em troca do trigo armazenado. No segundo ano vão entregar as ovelhas e as vacas, alimento do camponês, e os burros e cavalos, seus instrumentos de produção. Por não terem mais nada, no terceiro ano, os camponeses são obrigados a entregar a terra e a vida (sinônimos para o camponês). Por fim, o Faraó vai expropriar a consciência e a liberdade.

Neste contexto se diz, duas vezes, que os únicos que não tiveram que

vender sua terra e foram alimentados pelo Faraó, foram os sacerdotes. Por que? Os sacerdotes praticam o último roubo: o da cabeça. Intermediários entre Deus e o povo, eles são os que levam os explorados a dizer a José: “Graças a Deus, tu nos salvaste a vida. Nós seremos escravos de Faraó.” É o nível máximo da exploração: um escravo é realmente um escravo quando pensa que o melhor para si é o ser escravo. Já não há nenhuma possibilidade de mudança no momento em que se chega ao convencimento de que ser escravo é uma graça de Deus. Esse era o papel dos sacerdotes.

A fé do povo no Deus mantenedor da vida é facilmente utilizada pela cidade. Está fé, nas mãos do templo e do sacerdote, a serviço do palácio e do armazém, converte-se no elemento de submissão do pobre. O pobre continua pobre e continua dizendo “graças a Deus, tu nos salvaste a vida”. O Deus, mantenedor da vida, que era o mantenedor do grupo da periferia, converte-se no mantenedor do centro. É usado. Deus é expropriado. Deus passa a ser usado como o legitimador de um sistema de opressão que é apresentado pelo templo como a graça de Deus ou a vontade de Deus.

Esta página é simbólica, é o resumo da história. E não foram explorados só os israelitas, também os egípcios perderam tudo. Alguns egípcios, que estavam na cidade, exploravam os hebreus e os outros egípcios que estavam no campo. Isto



Ilustração FERAESP

é importante. A leitura da Bíblia não pode ser feita em chave nacionalista, interpretando que Deus privilegiou os hebreus e não aos demais povos. A chave correta para ler a Bíblia é o conflito campo/cidade. É um conflito entre os que produzem e os que comercializam. Hebreu, em sua origem, não era nome indicativo de um povo ou de uma nação. Hebreu era indicativo de um grupo social: os excluídos, os marginalizados. São as vítimas do sistema, os que sobrevivem à margem, assaltando, roubando ou oferecendo seu serviço como soldados a um ou outro proprietário de terra.

Este conflito não é só econômico, mas ideológico e teológico. Neste conflito, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac, o Deus popular que foi capaz de responder às exigências do grupo quando vivia na periferia,

esse mesmo Deus parece incapaz de responder aos novos problemas, aos novos desafios postos pela organização do Estado. Enquanto o grupo não precisou conviver com a cidade, o Deus da árvore, o deus do poço era suficiente para garantir a vida do grupo. Mas quando o grupo entra em conflito com a cidade que expropria os produtos do campo, esse mesmo Deus já não é capaz de responder. A este novo sistema corresponde melhor o Deus On, do Estado egípcio. Por isso José se casa com a filha de Poti Fera, sacerdote do Deus On. O Deus On é uma ideologia muito mais capaz de legitimar o sistema, melhor que o Deus de um nômade, de um pastor, de pequeno agricultor, que não sabe como enfrentar o conflito.

* Agente da CPT Amapá.

ARTIGO

A reforma agrária e o Plano Nacional de Direitos Humanos

JOSÉ BATISTA AFONSO*

Após a publicação oficial do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, militares, latifundiários e donos de empresas de comunicação levantaram-se contra alguns pontos constantes do Plano, dentre eles, o que pontua a necessidade da reforma agrária e a realização de audiência pública antes da concessão das liminares nas ações de reintegração de posse. Mais do que expressar o reacionarismo desses setores em relação à política de direitos humanos, a reação em relação a esses pontos tem como objetivo atingir a organização dos movimentos sociais que atuam no campo, e a combalida Reforma Agrária. Essa ofensiva conservadora nos interpela a refletirmos sobre a situação dos direitos humanos no campo brasileiro na atualidade.

O Brasil é considerado um dos países que mais avançou na codificação de normas relativas aos Direitos Humanos. Além da legislação constitucional e infraconstitucional, o país é signatário dos principais pactos e convenções internacionais que versam sobre o assunto. No entanto, a sociedade brasileira, principalmente os camponeses, não tem muito que comemorar. Saímos de uma situação de violações sistemáticas e generalizadas dos direitos humanos dirigidas diretamente pelo Estado, durante o regime militar, e entramos numa situação mais recente de violação dos direitos, em consequência da ofensiva de várias frentes do capital no campo, que promove uma crescente exclusão social, da mesma forma, violenta e desumana.

Passaram-se os anos, mudaram-se formas de governo, superaram-se os períodos ditatoriais, mas a concentração da terra nas mãos de poucos continuou quase que intocável. Nem as históricas lutas dos trabalhadores em defesa da reforma agrária conseguiram acabar com o latifúndio e democratizar o acesso à terra no país. Esse processo tem sido a causa principal dos conflitos no campo e das varia-

das formas de violação de direitos dos camponeses no Brasil. De acordo com os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), na última década, ocorreram no Brasil 5.335 conflitos no campo e 352 trabalhadores rurais foram assassinados. Registrou-se também, no mesmo período, a escravização de 63.757 trabalhadores no Brasil, desse total, o Ministério do Trabalho conseguiu libertar apenas 38.003.

Se por um lado a violência no campo assusta, a impunidade choca muito mais. No Pará, onde se concentra praticamente 2/3 dos assassinatos no campo, 62% sequer são investigados. Um exemplo de impunidade é o Massacre de Eldorado de Carajás. Passados 14 anos, os dois únicos comandantes condenados continuam livres, beneficiados pelos intermináveis recursos nos tribunais superiores. Como o Estado brasileiro tem se negado a garantir o direito à terra àqueles que o reclamam, a estratégia dos trabalhadores tem sido a ocupação de imóveis que não cumprem a função social e exigir a demarcação de terras indígenas, de quilombolas, de ribeirinhos, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas etc, como forma legítima de defesa de seus territórios e de pressão, para forçar o governo a cumprir o que determina a Constituição Federal. Esse processo tem provocado uma reação violenta de velhos e de novos atores que concentram terras, poder econômico e têm fortes influências sobre os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e o Ministério Público.

No atual governo, os setores que comandam a expansão das frentes do capital no meio rural e sustentam o atual modelo de desenvolvimento para o campo, estão cada vez mais fortalecidos. Além de manter em curso a política de desconstrução de direitos já conquistados, de perseguição e criminalização dos movimentos sociais e das populações camponesas, estão conseguindo impor na pauta



Foto: João Ripper

do Congresso projetos que tem como objetivo aumentar o controle e a concentração da terra, se apropriando das riquezas do solo e subsolo. Entre as principais medidas já aprovadas ou em processo de aprovação estão: a MP 458, convertida na Lei 11.952/09 que permite a legalização das terras griladas na Amazônia; os Projetos de Lei que visam: reduzir a reserva legal na Amazônia de 80 para 50%; permitir o reflorestamento, na Amazônia, com espécies exóticas; regulamentar o art. 231 da Constituição permitindo a exploração mineral em terras indígenas etc.

Como o governo aderiu a esse modelo econômico e se aliou politicamente a esses setores, o dinheiro público para o investimento em grandes obras tem procurado responder aos interesses do agronegócio, em detrimento do direito dos camponeses. Para garantir os acordos políticos com esses setores, o governo trata ainda de engavetar projetos e políticas de interesse dos camponeses e dos indígenas. Excluiu a reforma agrária das prioridades de governo; não assumiu compromisso com a Campanha do Limite da Propriedade da Terra; engavetou a proposta de mudanças nos índices

de produtividade para as grandes propriedades; não potencializou a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade conforme prevê a Constituição; não priorizou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438 que autoriza o confisco das propriedades onde for flagrado crime de trabalho escravo; não avançou na demarcação e homologação de terras indígenas e de territórios quilombolas; não viabilizou a agricultura familiar/camponesa como alternativa de produção de alimentos para o país etc.

Mesmo que o conteúdo do PNDH-3 traga reflexões importantes ao reconhecer que o modelo do agronegócio é um sistema potencialmente responsável por violações de direitos humanos dos pequenos e médios agricultores, comunidades locais e povos tradicionais, o Programa não contém nenhuma proposta de mudança legislativa ou constitucional que possa alterar as causas geradoras das violações dos Direitos Humanos no Brasil e potencializar os direitos dos trabalhadores rurais.

* Advogado da CPT no Pará e integrante da equipe de Marabá.

HOMENAGENS

“Libertar para uma vida melhor”

CRISTIANE PASSOS*

Como parte das comemorações do Ano da França no Brasil, a Embaixada da França em Brasília prestou uma homenagem aos frades dominicanos franceses Henri Burin des Roziers, Xavier Plassat e Jean Raguénès, todos agentes da CPT, pela sua ação social no Brasil e luta admiráveis contra o trabalho escravo e as violências agrárias

Na noite do dia 14 dezembro, na Embaixada da França em Brasília, foi realizada a última atividade do ano da França no Brasil. Para esse momento, a Embaixada da França realizou uma homenagem a três grandes guerreiros franceses, ou melhor, guerreiros do mundo, que entregaram as suas vidas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Amazônia brasileira.

Frei Henri des Roziers, Frei Jean Raguénès e Frei Xavier Plassat receberam tal homenagem em meio a amigos, amigas, companheiros, companheiras, compatriotas e irmãos e irmãs brasileiros. Representantes de órgãos do governo, militantes, e companheiros de longa data de luta, como Dom Tomás Balduino, compuseram uma mesa que lembrou fatos importantes da vida desses três lutadores, e as consequências de suas atuações na luta pela defesa dos direitos humanos no nosso país.

“O povo quando busca a terra, busca a libertação”

Dom Tomás chamou a todos e todas a atentar para isso. Segundo ele, desprezar essa perspectiva é pôr sobre nossa terra uma função retrógrada agroexportadora e é ter raiva da nossa pátria. Luzia Canuto, representante do Comitê Rio Maria e filha de João Canuto, sindicalista assassinado em 1985, destacou o fato da grilagem de terras dominar muitas regiões do nosso país. “Não há diferença nem para o governo entre terra pública e terra privada”, completou ela.

Amigos de longa data, Dom Tomás sentiu-se muito a vontade para falar sobre os três companheiros. Todos eles passaram pela diocese de Goiás enquanto essa era a morada do bispo. De acordo com ele, “são os três amigos



Foto: Cristiane Passos/CPT Nacional

muito queridos, que passaram pela diocese de Goiás, mas essa era muito pequena para a grandiosidade deles. Vejam o tamanho de Henri! Jean para mim é um herói naquele Tucumã (PA). Xavier é o articulador do mundo! Todos eles enriquecem a nossa luta”.

“Não é momento de só ficar triste, por isso vou cantar!”

Xavier Plassat agradeceu a homenagem e expressou sentir que ela é um laço forte unindo todos na construção de um caminho melhor. Frei Henri também agradeceu e disse ainda que recebê-la significa agradecer também a CPT, já que sua vida no Brasil mistura-se à sua história na CPT. Ele lembrou também que uma homenagem como essa é um incentivo a continuar a luta pela terra e em defesa dos direitos humanos. Já Jean, com seu jeito cativante, iniciou seus agradecimentos dizendo que não há desenvolvimento se não há direitos humanos e vice-versa. Pois o desenvolvimento é a libertação das pessoas. Ele concluiu sua fala dizendo, “a vida não é só na defesa, é muito mais na afirmação do povo, na afirmação das pessoas. Não é momento de só ficar triste. Por isso vou cantar!”. E assim, terminou a solenidade com uma bela canção francesa, emocionando a todos e todas presentes.

2009: um ano de reconhecimento das lutas de frei Henri des Roziers

Frei Henri Burin des Roziers, coordenador da CPT de Xinguara foi triplamente homenageado em 2009, ao ser escolhido para receber três prêmios em reconhecimento ao seu trabalho em prol dos direitos humanos no Brasil: o combate ao trabalho escravo, à violência no campo e pela realização da reforma agrária e justiça no campo. Além da homenagem da Embaixada da França, foi concedido a ele pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL), unidade da Universidade Cândido Mendes, em Petrópolis (RJ), no dia 16 de dezembro, o Prêmio “Alceu Amoroso Lima Direitos Humanos”,

sempre concedido nos anos ímpares a pessoas que se destacam por seu trabalho pela promoção e respeito aos direitos humanos. Frei Henri foi também agraciado, no dia 11 de dezembro, com o Prêmio “José Carlos Castro de Direitos Humanos”, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, por ocasião do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em reconhecimento à sua luta pelo povo do Pará. Frei Henri observa que esse tipo de homenagem serve como “incentivo muito forte para continuar a luta junto com os brasileiros por muitos anos”.

Homenagem a agente da CPT Goiás por sua luta pelos Direitos Humanos

No dia 14 de dezembro, na Assembleia Legislativa de Goiás, em ocasião das comemorações dos 61 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foram homenageados integrantes da sociedade civil e de instituições públicas que se dedicam na defesa e na promoção dos Direitos Humanos no estado de Goiás. Entre os homenageados estava o integrante da coordenação da CPT Goiás, Aderson Gouvêa, pelo seu empenho na luta pela Reforma Agrária no estado.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Montes Claros espera de braços abertos o Congresso da CPT

ANTÔNIO CANUTO*

Foto: João Zinclar



Os biomas e suas tendas

Em torno de mil pessoas estão sendo esperadas para o III Congresso, que terá como um dos seus principais focos, os Biomas. A centralidade do Congresso vai se dar em quatro tendas: a do bioma Amazônico, a do Bioma do Cerrado, junto com o Pantanal, a do bioma da Caatinga e a do bioma Mata Atlântica, junto com o Pampa. Os congressistas serão divididos nestas quatro tendas para as quais cada regional vai levar suas experiências. Na apresentação das experiências serão considerados o clamor da natureza e dos camponeses, a resistência das comunidades na luta contra a destruição e em defesa da vida, e como a CPT e seus aliados e parceiros tem atuado nesta realidade.

Para ajudar a situar os participantes, no primeiro momento será feita uma análise da conjuntura atual. O Pe. Inácio Neutzling, da Universidade do Rio dos Sinos, Unisinos, de São Leopoldo (RS), vai apresentar a Conjuntura Política de nosso país. O Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), vai apresentar a conjuntura ecológica no Brasil, e o professor Benedito Ferraro, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vai falar sobre a conjuntura eclesial. No confronto entre a realidade que hoje se vive no Brasil, com as experiências das comunidades e grupos acompanhados pela CPT, o Congresso vai detectar os grandes desafios de hoje para a CPT e apontar possíveis indicativos de solução.

Montes Claros, às margens do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, na região Norte de Minas Gerais, cidade com uns 400.000 habitantes, vai acolher o III Congresso da CPT. Situa-se na região conhecida como Área Mineira do Nordeste. A região compõe o semiárido e é formada pelos ecossistemas de Cerrado e Caatinga. A região é marcada por carvoarias e pela monocultura do eucalipto, com o objetivo de atender à crescente demanda por carvão vegetal para o pólo siderúrgico do Estado, e por madeira para as indústrias de papel e celulose. As empresas de reflorestamento têm destruído o Cerrado e se apropriado das terras, antes usadas coletivamente pelas comunidades dos geraizeiros em suas estratégias de reprodução e que preservavam a agrobiodiversidade local.

A expansão da monocultura do eucalipto e a criação do gado bovino afetam a forma de vida das comunidades da região. O que sobra do Cer-

rado e da Caatinga está sendo posto ao chão e transformado em carvão ou pastagens. A expansão dos monocultivos e do uso intensivo de maquinaria pesada, de agrotóxicos e fertilizantes, degradam os solos, contaminam os trabalhadores e destroem o equilíbrio hidrológico, fundamental para a sobrevivência das populações. Nascentes e rios estão secando e milhares de famílias de camponeses estão sendo expulsas da terra.

Outro fator que está encurralando os camponeses geraizeiros na região é a descoberta de jazidas de minério de ferro na região, maiores do que as do Quadrilátero Ferrífero em torno de Belo Horizonte. Esta realidade provoca graves conflitos agrários e violência contra lideranças das comunidades, e membros de entidades comunitárias e sociais. Mas aí também cresce e se fortalece a resistência. Já se contam no Norte de Minas 74 assentamentos de reforma agrária e 58 acampamentos com cerca de 4,5 mil sem-terra que aguardam, debaixo

da lona preta, por novos assentamentos. As Comunidades Quilombolas de Brejo dos Crioulos e dos Gorutubanos conquistaram, com muito esforço, o reconhecimento de suas áreas. A resistência se reforça com o resgate da cultura camponesa.

É neste contexto que Montes Claros está acolhendo o III Congresso da CPT. As atividades do Congresso vão se realizar no Colégio São José, dos Irmãos Maristas, que acolheram com entusiasmo a CPT e ofereceram todas as condições para que o Congresso tenha êxito. Também Dom José Alberto Moura, arcebispo de Montes Claros, tem se mostrado extremamente receptivo. Neste ano a arquidiocese completa 100 anos de existência. Eles se colocam, na realidade, na condição de parceiros, não meros cededores de espaço. O regional Minas Gerais agarrou a proposta do Congresso com muita vontade e está empenhado em oferecer uma acolhida calorosa a todos os delegados e delegadas da CPT e aos convidados.

A vida camponesa celebrada

O III Congresso, antes de mais nada, pretende ser um grande momento de reabastecimento de energias, e de fortalecimento da mística que move a CPT. Para isso estão programados para todos os dias, momentos celebrativos que buscarão unir a temática discutida, com a Missão da CPT, à luz da Palavra de Deus. Além disso, três grandes celebrações estão programadas. A primeira, na noite do dia 17 de maio, Celebração de Abertura e Acolhida. Os camponeses e camponesas, e os e as agentes da CPT, vindos de todo o país, serão apresentados e acolhidos para o grande acontecimento do Congresso.

Na noite da quarta-feira, dia 19 de maio, os congressistas trarão ao III Congresso, as irmãs e os irmãos que, na luta em defesa da terra e dos direitos do povo do campo, derramaram seu sangue. Será a grande Celebração dos Mártires.

Por fim, na sexta-feira 21, o Congresso será encerrado com uma solene Celebração. Uma celebração que vai se juntar à comemoração dos 100 anos da arquidiocese de Montes Claros. Será o momento em que serão apresentados os compromissos assumidos no Congresso, em que se proclamará a mensagem que a CPT vai dirigir à sociedade brasileira, e o momento em que os Congressistas vão ser enviados às suas comunidades e áreas de trabalho para continuarem cada vez mais comprometidos com as causas dos camponeses e camponesas do Brasil.

Além disso, no dia 20 de maio, acontecerá a Noite Cultural.

O Congresso será uma grande festa!!!

O Contexto Global em que vai acontecer o III Congresso

O III Congresso vai acontecer num momento em que o mundo vive grandes crises e passa por grandes mudanças. Transcrevemos abaixo a introdução do texto “A CPT em época de desmontes e reconstruções”, publicado no Texto-Base de preparação ao Congresso, escrito por Roberto Malvezzi, o Gogó, Alessandro Gallazzi e Frei Luciano Bernardi:

“Viver em determinadas épocas é um privilégio. Se olharmos do ponto de vista das ‘vocações’, numa perspectiva de fé, é um chamado de Deus. A CPT é um carisma, é uma vocação, complexa e desafiadora.

Nossa época parece ser diferente de todas as anteriores. Antigas ideias desmoronaram e novas referências estão sendo construídas. Ficou mais difícil e mais contraditório imaginar o futuro da Terra e dos povos que a habitam. Os paradoxos se avolumam: não é mais possível condenar ou acatar em bloco. É necessário o discernimento, seja ele o fruto de um bom trabalho filosófico (bonus philosophus distinguit), seja o dom teológico do ‘discernimento’ de que fala São Paulo (ICor 12,1).

A crise civilizatória está derrubando velhas referências e vai construindo novas. É difícil saber o que subsistirá das conquistas atuais, o que será superado, o que virá de novo. As

culturas e as filosofias de matriz ocidental – liberais, marxistas, positivistas, cristãs –, partem do princípio que a humanidade está sempre em ascensão; que a Terra, inanimada, é fonte de recursos inesgotáveis e que, de uma forma ou de outra, encontraremos os caminhos da plenitude e da felicidade. Marx falava do ‘paraíso na Terra’.

Hoje somos obrigados a aceitar que o planeta no qual vivemos se comporta como um ser vivo, tem sua alteridade em relação ao ser humano, precisa de sua própria cobertura vegetal para respirar, de uma determinada média de temperatura para abrigar a atual comunidade da vida, de seu ciclo de águas, enfim, tem seu próprio metabolismo, e que o ser humano é parte deste metabolismo, como tudo que existe. Pensar que temos o controle sobre a Terra é uma ilusão da arrogância humana. Nós dependemos da Terra, e das condições que ela nos oferece para viver. Somos parte integrante desta imensa vida e temos que aprender que nosso existir é fruto do



Foto: Marina Moreira

téria prima’ e tinham serventia apenas como suporte para o bem estar humano, acaba de desabar. A Terra passou a exigir o seu próprio quinhão e entrou em guerra com o vírus humano que a habita. A reação é o aquecimento global. Qual será o futuro da temperatura da Terra e como será a vida humana em um planeta aquecido? Não há certezas: só é possível construir cenários. Este é um novo desafio, um novo fator que deve ser levado em consideração e do qual uma Pastoral da Terra não tem como se esquivar.

O aquecimento global está mudando a temperatura da Terra, está alterando o ciclo das águas e dos ventos, está reduzindo as áreas agricultáveis, está provocando fenômenos climáticos extremos, cada vez mais prejudiciais a uma agricultura que exige estabilidade climática. Parece ser inevitável a multiplicação de pragas, de doenças, de perdas de safra, de escasseamento dos alimentos e da água. Atualmente 1 bilhão de pessoas está passando fome e 1,2 bilhão está sofrendo pela sede. Em breve tempo, essas cifras poderão subir em uma velocidade vertiginosa. O que já é ruim pode ficar bem pior.”



Foto: Marina Moreira

gigantesco milagre da evolução e da interação de todos os elementos que vêm acontecendo há bilhões de anos.

A construção de uma sociedade intra-humana, onde a Terra e suas riquezas eram consideradas somente como ‘ma-

BIOMA CERRADO

O Cerrado e o equilíbrio do planeta

ANTÔNIO CANUTO*

O III Congresso Nacional da CPT vai acontecer em Montes Claros, MG, região onde o Cerrado e a Caatinga se encontram. O Cerrado é um bioma pouco conhecido, por isso, nesta página, vamos socializar algumas informações sobre o mesmo, apresentadas no 21º Curso de Verão de Goiânia, realizado na primeira semana de janeiro de 2010, pelo professor Altair Sales Barbosa, antropólogo e arqueólogo da Universidade Católica de Goiás, um dos maiores conhecedores deste sistema biogeográfico.

Biomias ou sistemas biogeográficos?

O professor Altair tem trabalhado a conceituação de sistemas biogeográficos ao invés do conceito de biomas. Segundo ele, o conceito de bioma se atém muito à configuração da flora, enquanto o sistema biogeográfico é uma leitura incorporando o conjunto dos elementos como solo, subsolo, clima, fauna, flora etc. Dentro desta nova visão são sete os sistemas biogeográficos.

O **Amazônico**, que coincide quase que integralmente com o que se define por bioma amazônico. Mas, ao norte de Roraima aparece o sistema biogeográfico **Roraimo-guianiense**, formado pelos campos que se situam na fronteira entre Roraima, Venezuela e as Guianas. Com a mesma configuração e limites dos estabelecidos nos biomas estão os sistemas biogeográficos da **Caatinga**, no Nordeste e do **Pampa**, no sul. Já o **Cerrado e o Pantanal** fazem parte de um único sistema biogeográfico, sendo o Pantanal, um subsistema do próprio Cerrado, caracterizado pela área alagada. Isto porque o tipo de solo e subsolo do Pantanal e do Cerrado são os mesmos. As espécies vegetais do Pantanal se encontram em outras áreas alagadas do Cerrado, a fauna também é igual. O clima também é o mesmo. Outra novidade desta nova divisão é em relação à Mata Atlântica, denominada sistema biogeográfico **Tropical Atlântico**. Este vai desde o Rio Grande do Norte, até o trópico de Capricórnio, ao Sul, estendendo-se para áreas do oeste paulista e norte do Paraná. E aí se configura um novo sistema biogeográfico, o dos **Planaltos sul-brasileiros**, situado em áreas



Foto: João Zinclar

Lobo Guará no cerrado de Minas Gerais

de planaltos subtropicais, cobertos por araucárias.

Cerrado, a vegetação mais antiga do planeta

O Cerrado pela posição geográfica que ocupa, pelo caráter de sua fauna e flora e pela sua geomorfologia, constitui um ponto de equilíbrio entre os diferentes sistemas, com os quais se conecta por corredores hidrográficos. É composto por diversos sub-sistemas intimamente inter-atuantes e inter-dependentes, que variam de campos até áreas florestadas (matas, campos, o cerradão, o cerrado propriamente dito, as veredas, os ambientes ciliares, as várzeas.)

O que distingue e caracteriza o Cerrado, além dos elementos externos visíveis, é sua história evolutiva. O Cerrado é a vegetação mais antiga

do planeta Terra. Estima-se em 67 milhões de anos sua existência. (A idade da Floresta Amazônica é calculada em torno a dois milhões de anos). O Cerrado tem uma vegetação que se desenvolveu e adaptou perfeitamente ao tipo de solos pobres da região e tem sido de fundamental importância para a recuperação das condições de vida no planeta após o grande cataclismo, ocorrido a 65 milhões de anos, responsável pela destruição de inúmeras formas de vida existentes, inclusive a dos dinossauros. Após este cataclismo, o Cerrado desempenhou a função de sequestrador do dióxido de carbono da atmosfera que foi se concentrando nas raízes das suas plantas, recriando condições para o desenvolvimento de novas formas de vida.

O Cerrado também tem uma característica única em relação às demais formas de vegetação. É praticamen-

te uma floresta de cabeça para baixo. Duas terças partes de diversas espécies de árvores são subterrâneas. Algumas raízes atingem até 30 metros de profundidade. E algumas espécies estendem suas raízes por quilômetros de distância. Este complexo sistema de raízes sobre um solo de arenito é o responsável pela existência de alguns dos mais importantes aquíferos do mundo, de onde brotam as nascentes de muitos rios das principais bacias brasileiras. É no Cerrado que nascem o São Francisco e seus afluentes do lado direito. No Cerrado nascem o Araguaia e o Tocantins, o Teles Pires, o Madeira, da bacia Amazônica. No Cerrado estão as nascentes de rios que formam a bacia Paraná/Prata. A alimentação destes aquíferos se deve à absorção pelo solo das águas das chuvas graças ao sistema de raízes desenvolvido.

A vegetação do Cerrado atingiu seu ápice, sua plena maturidade. Isso significa que é um sistema que, se destruído, não se regenera, não se recompõe. Diferente da Mata Atlântica ou da Floresta Amazônica que ainda estão em processo de formação e que, por isso, facilmente se reconstituem. Daí ser descabida a afirmação de que a Floresta Amazônica poderá tornar-se um Cerrado. O Cerrado é fundamental para o equilíbrio da vida do planeta. A progressiva e rápida destruição que sofre pelo avanço do agronegócio já se faz sentir no secamento de diversas fontes de água, riachos e córregos que anos atrás eram permanentes. E esse processo avança rapidamente.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MÁRTIRES

A memória e a resistência presentes nos mártires da luta

CRISTIANE PASSOS*

Irmã Dorothy, Sepé Tiaraju, padre Francisco Jentel, Expedito ... a memória de seus martírios mantêm acesa a chama da resistência e da continuidade da luta do povo. Durante esse ano de 2010, o Pastoral da Terra trará a cada edição um pouco da história dos mártires, lembrados no trimestre correspondente a cada edição do jornal.

2 de janeiro de 1979

Foto: Arquivo CPT Nacional



Padre Francisco Jentel, missionário francês, foi um dos precursores da CPT. Viveu com os índios Tapirapé e com os posseiros de Santa Terezinha (MT). Seu apoio aos posseiros que sofriam as pressões de uma grande empresa que se instalou na região foi ostensivo, e por causa disso foi tachado de subversivo. Depois de um confronto entre a empresa, apoiada por policiais, e os posseiros, em 3 de março de 1972, Jentel teve a prisão decretada. Libertado depois de um ano, viajou para a França. Ao retornar ao Brasil, em 1975, foi preso e expulso do país. Morreu na França em 2 de janeiro de 1979, sonhando retornar ao Brasil. Sua luta não foi em vão. Os direitos dos posseiros de Santa Terezinha foram reconhecidos: 120 famílias receberam, cada uma, 100 hectares de terra.

2 de fevereiro de 1991

Expedito de Souza. Ainda no governo militar, na década de 70, trabalhava em Goiás quando ouviu no rádio a promessa de reforma agrária na Amazônia. Várias pessoas se deslocaram para o sudeste do Pará. Expedito foi, com parte da família, tentar a vida lá. Poesia, trabalho e luta social eram o motor da vida desse trabalhador, que chegou a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, substituindo João Canuto, que fora assassinado em 1985. Em outubro de 1990, durante o Congresso de fundação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, Expedito denunciou as ameaças que vinha sofrendo. Foi assassinado em 2 de fevereiro de 1991.

7 de fevereiro de 1756

Sepé Tiaraju foi um índio guerreiro guarani. Nasceu em um dos aldeamentos jesuíticos dos Sete Povos das Missões. Bom combatente e estrategista, tornou-se líder das brigadas indígenas que atuaram contra as tropas luso-brasileira e espanhola na chamada Guerra Guaranítica. Foi assassinado em combate contra o exército espanhol na batalha de Caiboaté, às margens da Sanga da Bica, na entrada da cidade de São Gabriel (RS), durante a invasão das forças inimigas às aldeias dos Sete Povos. Após sua morte outros 1.500 guaranis tombaram diante das armas luso-brasileiras

e espanholas. Em 2009, foi publicada uma Lei para que seu nome fosse inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

12 de fevereiro de 2005

Foto: Ary Souza



Irmã Dorothy Stang chegou ao Brasil em 1966. Foi para o Pará em 1974 onde ajudou a estabelecer a CPT na diocese de Marabá. Em 1982, foi para Anapu, onde quase 90% do município são formados por terras pertencentes à União. Em 1999, em uma assembléia dos movimentos, o Incra apresentou um novo modelo de reforma agrária: os projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). Denúncias de violência cometida por fazendeiros e madeireiros contra agricultores eram constantemente feitas por Irmã Dorothy. Em 12 de fevereiro de 2005, ela foi brutalmente assassinada com seis tiros a queima roupa, no PDS Esperança, em Anapu.

26 de março de 1998

Onalicio Barros e Valentin Serra. Ambos eram dirigentes do MST na região de Parauapebas, no Pará.

No dia 14 de março de 1998, cerca de quinhentas famílias ocuparam a fazenda Goiás II, em Parauapebas. No dia 26 de março resolveram transferir o acampamento para uma área próxima ao assentamento Carajás e, durante a mudança, foram emboscados por pistoleiros e policiais militares. O grupo abordou Valentin disparando dois tiros contra ele. Onalicio correu em direção à pista, mas também foi atingido. Os pistoleiros ainda levaram Valentin em um dos veículos em que estavam. O corpo só foi encontrado, um tempo depois, à margem de um rio, semi-enterrado, e com sinais de espancamento.

31 de março de 1987

Roseli Nunes nasceu em 1954 e teve sua vida encerrada com apenas 33 anos. Rose, como era conhecida, nos últimos dias de gravidez, participou da ocupação da fazenda Anoni, em 1985. Foi a maior ocupação realizada no Rio Grande do Sul. Em 31 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária, um caminhão desgovernado investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, RS. O caminhão feriu 14 agricultores e matou três: Iari Grosseli; Vitalino Antonio Mori, e Roseli Nunes, mãe de três filhos.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Brigada da Via Campesina leva conhecimento e esperança aos camponeses haitianos

CRISTIANE PASSOS*

Foto: Natália Paulino/Via Campesina



Desde janeiro de 2009, quatro militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) trabalham no Haiti, compondo a Brigada Dessalines, da Via Campesina Brasil. Em janeiro desse ano, eles passavam alguns dias em suas cidades no Brasil, junto às famílias, quando ocorreu o terremoto na ilha centro-americana. Agora, irão retornar aos seus trabalhos, com mais companheiros e companheiras, e com um aparato maior, para continuarem a contribuir na organização dos camponeses e camponesas desse país.

Paulo Almeida, do MST do Rio Grande do Sul, é um dos militantes que atuam no Haiti desde 2009. Em entrevista ao **Pastoral da Terra**, ele conta um pouco das ações da Brigada Dessalines e quais serão as tarefas e os desafios que eles encontrarão nesse novo Haiti que se configura após o terremoto, sobretudo quando se configura uma nova dominação sobre o país que conquistou a glória de se tornar a primeira república negra e livre das Américas.

PASTORAL DA TERRA: Paulo, como você conheceu o país antes do terremoto? Nós gostaríamos de saber como era a situação real dos camponeses e camponesas haitianos, a produção, organização deles e sua vivência com a terra e com a produção de alimentos?

PAULO ALMEIDA - Nós chegamos ao Haiti com a proposta/tarefa de conhecer o país, geográfica e politicamente, e o seu funcionamento. Entre os aprendizados iniciais estava aprender o Kreyol, idioma falado pelos haitianos. Precisávamos, também, saber como o país funcionava, como as organizações camponesas se organizavam, a dinâmica e os métodos de trabalho. Esse período inicial nós chamamos de diagnóstico da realidade. Enquanto íamos conhecendo tudo isso, também íamos propondo possíveis projetos a serem desenvolvidos entre a Via Campesina Haiti e a Brasil. Os camponeses haitianos são a maioria da população (em torno de 65%), e, também, são os mais pobres do país. Quase não há escolas públicas no interior, as escolas que existem são privadas e possuem péssima estrutura. No campo, 70% das pessoas nunca frequentaram a escola. A produção de alimentos se baseia na agricultura familiar. As terras são muito escassas. Pequenas parcelas apenas, e em muitos casos é necessário pagar arrendo aos administradores. Produz muita fruta, legumes e verduras, quando é época de chuva. Essa produção é vendida nos "maches", feiras livres espalhadas por todo o país.

PASTORAL DA TERRA: Você deve ter tido a oportunidade de acompanhar a presença da ONU e das forças armadas estrangeiras no Haiti. Como se dava essa

presença e como a população haitiana lidava com isso?

PAULO - Os haitianos são resistente à presença das tropas da ONU. Eles não falam diretamente para gente, por sermos brasileiros. Mas quando instigávamos o assunto, após conhecerem nossa posição, eles falavam e podíamos perceber que no meio popular há grande rejeição aos militares. Todos sabem que os militares nunca vão para ajudar a resolver os verdadeiros problemas que tem o Haiti, (escolas, hospitais, estradas,...) é uma ocupação militar, mesmo legitimada pela ONU, mas é militar e usam a força sempre quando acham necessário para qualquer coisa, manifestação, marchas etc.

PASTORAL DA TERRA: O que a Via Campesina e a Brigada esperam encontrar agora, após esse terremoto, e de que forma vocês estão planejando suas ações para contribuir com o povo haitiano?

PAULO - Os demais companheiros, com os quais já trabalhava, já retornaram ao Haiti. Nosso trabalho lá é direto com os camponeses. O campo acolheu muitas pessoas após o terremoto, sem ter condições de receber tanta gente. A situação no interior, que já era grave, se agravou mais ainda. Tínhamos quatro frentes de trabalho: captação de água da chuva; produção de sementes de legumes; reflorestamento de árvores frutíferas e escola de agroecologia. O

que vamos fazer agora, pós-terremoto, é reforçar a Brigada com mais gente (40 a mais) e acelerar as frentes de captação de água e produção de alimentos.

PASTORAL DA TERRA: De que forma, no seu entendimento, a organização dos camponeses e camponesas haitianos e a valorização do campo e da sua produção, podem contribuir na recuperação desse povo e na retomada da autonomia do seu país?

PAULO - Todo o nosso trabalho é voltado para a soberania alimentar dos camponeses haitianos. Preservamos também a autonomia do Movimento Social do Haiti. Os camponeses podem e devem ajudar na reconstrução do país de forma mais direta, já que são a maioria dos habitantes. Isso quer dizer, o estado haitiano precisa ouvir os camponeses. Eles são importantes na produção de alimentos para o seu povo. Mas não é só isso. Os camponeses são a maior força do País e precisam ser ouvidos. Agora puderam mostrar que são solidários com os que perderam suas casas, familiares e seus trabalhos. Talvez o país deva passar por um amplo processo de reforma agrária, para que essas pessoas possam ter terra e trabalho, pois a situação na capital vai levar ainda muitos anos para se resolver.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

BELO MONTE

Obra polêmica pode “afogar” comunidades, povos e culturas tradicionais

CRISTIANE PASSOS*

Foto: Marcelo Salazar (ISA)

Envolto em polêmicas, o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte traz consigo um histórico nefasto de desrespeito aos povos do Xingu, aos estudiosos e ambientalistas, e aos lutadores que protegem e zelam pela conservação desse pequeno santuário natural do nosso país. A Usina é o maior projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Empreiteiras e políticos estão sedentos pela sua construção. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, já deixou claro por diversas vezes que as decisões sobre a obra não ficarão à mercê do que ele chama de “humores dos ambientalistas”. Esquece ele, porém, que o projeto pode sim acabar com o humor de muita gente, não apenas dos ambientalistas. O impacto sobre o Xingu e sobre o próprio estado do Pará será devastador. Em contrapartida, a obra mantém um modelo retrógrado e faraônico, que custará cerca de 20 bilhões de reais, e que manterá alto o valor do megawatt-hora pago pela população.

Dom Erwin Kräutler, bispo da prelaquia do Xingu, uma das vozes que gritam contra o projeto, fez vários apelos ao governo federal e ao próprio presidente Lula. “Todos queremos que o governo Lula não entre para a história como o governo que exterminou as etnias do Xingu”, disse ele. Segundo o bispo, o governo coloca o projeto da Belo Monte como única alternativa para garantir a segurança energética de nosso país, o que não é verdade, há outras alternativas que podem ser usadas com muito sucesso em um país tão rico naturalmente, e com tanta abundância de águas, ventos e sol o ano inteiro. E, principalmente, há diversas alternativas que não causam impactos tão devastadores contra povos indígenas e populações tradicionais, como esse irá causar às comunidades do Xingu. Em entrevista durante reunião em São Paulo, no final do mês de

janeiro, Dom Erwin mostrou sua preocupação com os atingidos pela obra da Usina, “Altamira tem hoje 100 mil habitantes. Um terço da cidade vai para o fundo do lago da usina. O que vai ser desse povo? Dizem que eles serão reassentados, mas onde? Ninguém sabe!”. E ainda completou, “Estou convicto de que essa hidrelétrica como foi planejada não será um bem para a própria nação. Eu não sou contra por ser contra, mas nós temos todos os estudos, nós temos o pessoal de universidade que advertiu”.

A Amazônia defendida por Dorothy sofre novo golpe

Durante as celebrações que marcam os cinco anos do assassinato de irmã Dorothy Stang, completados no dia 12 de fevereiro, Dom Erwin, em sua homilia, ressaltou que o projeto Belo Monte será mais um grande golpe que a Amazônia sofrerá. Região essa pela qual irmã Dorothy pagou com a vida o seu “atrevimento” em proteger e defender suas riquezas e, principalmente, o seu povo amazônica. Confira abaixo parte da homilia do bispo do Xingu:

“Neste ano de 2010, o mês de fevereiro, em que Irmã Dorothy foi assassinada, ganha mais uma razão para tornar-se histórico. A Amazônia que Dorothy tanto defendeu e pela qual doou sua vida, recebe mais um golpe, desta vez de proporções que ainda nem sequer podemos vislumbrar. O Presidente da República me prometeu pessoalmente a continuação do diálogo sobre o projeto Belo Monte. No dia primeiro deste mês o Ibama tornou pública a licença prévia para que o Xingu fosse barrado. 1522 km2 de destruição à vista: 516 km2 de



área inundada e 1006 km2 de área deteriorada porque faltará água!

Todas as 40 condicionantes que a Licença Prévia elenca para serem observadas pela empresa que sairá vitoriosa no leilão, nada mais são que uma confissão pública do Governo que o projeto, se for executado, terá consequências desastrosas. Ao exigir um bilhão e meio de reais em projetos para mitigar os efeitos, o próprio Governo admite de antemão que Belo Monte causará um terrível e irreversível impacto sobre a Amazônia. Onde já se viu tanto esmero para atenuar sequelas antes de iniciar a obra? É a prova cabal de que o próprio Governo sabe que está dando um tiro no escuro. Até esta data, o Ibama nem sequer conseguiu identificar a abrangência e intensidade dos impactos. Como esse órgão então pode realmente atestar a viabilidade de Belo Monte?

Lamentavelmente, quem sofrerá os trágicos efeitos não serão os tecnocratas em Brasília e políticos míopes, mas os povos desta região da Amazônia. O Xingu nunca mais será o mesmo. O

solo será danificado, a floresta devastada e das águas turvas e mortas emergirão apenas os esqueletos esbranquiçados das outrora frondosas árvores. É a política do rolo compressor, é a tática do fato consumado, é o método do autoritarismo que não aceita contestação!

E Dorothy, no seu túmulo, chora a desgraça anunciada!

Mas não deixa de encorajar-nos na luta em favor da vida contra projetos de morte. Nosso caminho é aquele traçado pelo Evangelho. Somos enviados por Jesus para anunciar a Boa Nova aos pobres e denunciar o que se opõe ao Evangelho da Vida, para quebrar as algemas da opressão e tirania, para defender o lar que Deus criou para todos nós e as futuras gerações, e proclamar um ano de graça do Senhor (cf. Lc 4,18-19).

Amém! Maránathá! Vem Senhor Jesus!”

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

TRABALHO ESCRAVO

Combate ao Trabalho Escravo: balanço e perspectivas na luta pela sua erradicação

CRISTIANE PASSOS*

Em 2010 foi comemorada a primeira Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil. Sancionado em outubro do ano passado, o projeto de lei que institui o dia 28 de janeiro como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e a semana dessa data como Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, homenageia os três auditores fiscais do Trabalho e um motorista do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), assassinados em 28 de janeiro de 2004, durante vistoria em fazendas na zona rural de Unaí, Noroeste do estado de Minas Gerais. Manifestações foram realizadas em todo o país para lembrar a data e, principalmente, para destacar a necessidade de aprovação da PEC 438/01, que prevê a expropriação das terras onde for encontrada exploração de mão de obra escrava.

De 2004, ano do assassinato dos fiscais, até 2010, pouca coisa mudou no cenário da exploração dos trabalhadores no campo. Aumentaram as ocorrências de trabalho escravo e o número de trabalhadores envolvidos nelas. Regiões do país onde, até então, não havia flagrantes dessa prática, entraram na lista vergonhosa do trabalho escravo no século XXI. Regiões como a Sudeste, tida como a mais desenvolvida de nosso país, teve o maior índice de trabalhadores resgatados no país em 2009, cerca de 40% do total. A região Sul, que até pouco tempo não entrava nas estatísticas de trabalho escravo, hoje possui seus três estados como mantenedores dessa prática.

De acordo com frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, esses números “não são novidade, o que tivemos de diferente este ano [2009] foi o holofote da fiscalização, que se voltou mais para [a região] Sudeste, [os Estados do] Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso”. O aumento



Foto: João Ripper

das ações de fiscalização tirou a cortina que encobria essa prática em quase todo o território nacional.

Reforma agrária e valorização do campesinato na luta contra a escravidão

Desde 2007, as fiscalizações têm se intensificado mais por causa da participação das superintendências estaduais do Ministério do Trabalho nas investigações. Segundo a Campanha da

CPT, em 2009, metade das investigações foi feita pelas superintendências e a outra metade pelo Grupo Móvel do MTE. Dessa forma, mais ações puderam ser desenvolvidas simultaneamente. Para o frei Xavier, apenas as ações de fiscalização do governo não irão erradicar a prática do trabalho escravo. “Libertar escravos não elimina

a escravidão, porque devolve o libertado para a mesma condição”, afirma ele.

Na avaliação dele, esse problema só será resolvido “quando o campo tiver um campesinato consciente, uma agricultura familiar forte e uma reforma agrária de verdade”. Segundo ele, as fiscalizações - estratégia principal do governo federal - “são insuficientes”, enfrentam um déficit de equipes, de grupos policiais e “impasses nas concepções do trabalho”. Dos casos denunciados apenas uma parte é fiscalizada.

Condenações

A impunidade é um dos principais fatores mantenedores da prática de trabalho escravo no campo brasileiro. Movimentos e organizações sociais que denunciam essa prática no Brasil, lutam, há anos, pela punição e condenação dos exploradores de mão de obra escrava, como, também, pedem uma ação preventiva de novos casos no país. Em 2009 esse cenário começou a mudar. As punições criminais que antes eram pontuais podem ser ampliadas depois da condenação penal de 28 fazendeiros pela Justiça Federal em Marabá, no Pará. Segundo Plassat, “a condenação é muito emblemática, porque antes não se sabia ao certo de quem era a competência para julgar esses crimes, se a Justiça Federal ou a Estadual. A decisão do STF [Supremo Tribunal Federal] em 2007 atribuiu a competência à Justiça Federal”.

Mesmo com uma maior participação e acompanhamento por parte dos órgãos governamentais, o embate entre os que lutam contra o trabalho escravo e os que mantêm essa prática, se acentuou em 2009. Os ruralistas cada vez mais pressionam o governo em busca do abrandamento das punições e na tentativa de denegrir a imagem das organizações e do próprio Ministério do Trabalho quando das ações de fiscalização. “O agronegócio faz uma pressão enorme, tentando desqualificar a fiscalização do Ministério do Trabalho. Eles dizem que a política devia ser educativa, e não punitiva, para deixar o setor em paz”, criticou frei Xavier.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

EXPERIÊNCIA

A experiência do beneficiamento de frutas no semiárido baiano

Foto: Asa



Os produtos da comunidade de Jenipapo e a sua organização

Os produtores e produtoras beneficiam goiaba, manga, jenipapo, maracujá do mato e acerola. Essas frutas são cultivadas naturalmente, sem o uso de adubos químicos ou defensivos tóxicos. Compram as frutas das famílias que moram na comunidade e também de outras famílias de fora, quando necessitam. A sobra da produção, sobretudo das frutas que não são beneficiadas, as famílias não vendem mais para atravessadores, mas levam para a feira da cidade e vendem diretamente para os consumidores.

A produção de polpa é comercializada com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e usada na merenda escolar durante 10 meses do ano. É vendida também para hotéis em Jaguarari, além do consumo na própria comunidade. O grupo tem um coordenador que convoca os participantes sempre que necessário para tomarem decisões relacionadas à oferta de frutas, produção e demanda por polpa - dependendo das negociações com a Conab e com os hotéis de Jaguarari.

Os participantes do grupo organizam a produção dependendo da quantidade a ser beneficiada. Podem todos trabalhar conjuntamente ou no revezamento organizado, onde cada um trabalha as horas estabelecidas. Após cada venda de polpa, descontam-se todos os gastos na produção, como luz, água e embalagens, e o lucro é dividido igualmente entre todos. Com isso, estão concretizando o objetivo inicial: melhorar

o rendimento familiar. As decisões de trabalho e também econômicas são tomadas em reuniões. Agora, irão também iniciar a devolução dos recursos acordados para o Fundo Rotativo Solidário dos Movimentos Sociais da Região de Senhor do Bonfim. O valor devolvido será investido em outras comunidades. A participação das mulheres é outro ponto de destaque no grupo. Elas estão sempre presentes nas reuniões, ajudando a tomar as decisões. Outros avanços são identificados pelos agricultores e agricultoras, como a melhoria na renda das famílias; o fato de não precisarem mais dos atravessadores; a melhoria no cardápio das escolas e também das famílias, com os sucos naturais; mais famílias querendo entrar no grupo e maior responsabilidade dos participantes.

Eles também identificam algumas limitações, que pretendem, aos poucos, resolver, como equipamentos insuficientes e inadequados para todas as frutas; um único produto, que é a polpa, quando há possibilidade de expandir para outros; e interesses diferentes entre os integrantes do grupo. Uma parte busca o crescimento do grupo voltado para a economia solidária, e outros têm apenas interesse econômico.

Para o futuro, o grupo quer expandir a produção para outras frutas: cajá, jaca, umbu e banana, mas ainda não dispõem de toda a infraestrutura para isso. Mas estão confiantes de que conseguirão, em breve, beneficiar todas as frutas produzidas pela comunidade, seja fazendo polpa ou doces.

A 15 quilômetros de Jaguarari, cidade do interior da Bahia (BA), está localizada a comunidade de Jenipapo, onde moram 55 famílias de pequenos agricultores e agricultoras que plantam milho, feijão e mandioca, e criam algumas cabeças de gado. Plantam também muitas fruteiras de onde colhem manga, goiaba, maracujá do mato, jenipapo, acerola, banana, jaca, cajá e umbu.

Todos os anos essas famílias viam metade de sua produção de frutas apodrecer debaixo das plantas e a outra metade era vendida para atravessadores que compravam pelo preço que bem queriam. Em 2006 resolveram dar outro rumo para a produção. Conseguiram a aprovação de um projeto cujos recursos são geridos coletivamente pelo Fundo Rotativo Solidário, que já existia na região. Além da comunidade de Jenipapo, o Fundo apoiou as comunidades de Borda da Mata, incentivando o artesanato e a produção de mel, e Gameleira, no beneficiamento de frutas.

O projeto para o beneficiamento de frutas foi aprovado pelo Comitê Gestor

Nacional de Apoio a Experiências Solidárias, composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Cáritas, Pastoral da Criança e Articulação do Semiárido Brasileiro, na Paraíba (ASA PB). Para a elaboração do projeto, o grupo de Jenipapo contou com o apoio de organizações e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra da diocese de Bonfim, o Pólo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Bonfim; a Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados (CETA); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e a Associação de Fundo de Pasto.

O projeto de beneficiamento de fruta foi o incentivo necessário para a comunidade de Jenipapo implantar a unidade de produção de polpa de frutas. O grupo que participa do projeto é formado por 12 pessoas - seis homens e seis mulheres. Com o financiamento, o grupo conseguiu adequar a casa de um dos integrantes para o beneficiamento, comprar a despoldadeira, congeladores, uma máquina para lacrar as embalagens e outros instrumentos necessários para o desenvolvimento do trabalho.

* Texto extraído do blog do VII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (VII Encontro-ASA), que será realizado de 22 a 26 de março, em Juazeiro (BA).

CULTURA

ORAÇÃO DO III CONGRESSO DA CPT

Deus Pai da Terra Mãe.

Deus Mãe da Vida,

Manancial de todos os biomas,

Água Viva de todas as sedes

de Justiça e de Paz:

*Confiamos ao vossó cuidado
o III Congresso da CPT.*

*Em Montes Claros,
às margens do Verde
Grande,
afluente do São Francisco,
no coração de Minas
Gerais,
em pleno semiárido
brasileiro,
queremos acolher e ecoar
o clamor dos Povos da Terra,
em memória solidária com tan-
to martírio
e com tanta resistência popular,
frente a uma política capitalista neoli-
beral, depredadora, homicida e ecocida, de*



agronégocio, de monocultura, de latifúndio.

Queremos reacender

a nossa consciência crítica

*e o nosso compromisso liberta-
dor.*

Contamos com a luz, a força

e a ternura

do vosso Espírito

para prosseguirmos

a caminhada,

em solidariedade e

ecumenismo

com todas as lutas

e esperanças

dos Povos da Terra,

no Brasil, em Nossa América,

na utopia diária da Terra

Sem Males e sempre à

procura do

vosso Reino.

Pedro Casaldáliga

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA